

A PARRHESIA NO CONTEXTO POLÍTICO: UM OLHAR FOUCAULDIANO

Nívea Rohling da Silva

Doutoranda em Linguística - UFSC

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre a *Parrhesia* (ou *dizer verdadeiro*) no contexto político a partir da perspectiva foucauldiana. Para tanto, tomou-se como dado de análise a entrevista do *deputado Fernando Gabeira*, concedida em 29 de abril de 2009 por ocasião do *escândalo das passagens*, evento ocorrido no cenário político brasileiro. Analisaram-se os traços constitutivos dessa enunciação que apontam, dentro de conceito de *Parrhesia* empreendido por Foucault (2008b), como *um dizer verdadeiro ou não*. A análise mostrou que, no discurso analisado, situado no contexto político, não há *Parrhesia* e sim um jogo retórico, uma vez que o dizer verdadeiro, corajoso, que implica correr um risco não é contemplado nesta enunciação.

PALAVRAS-CHAVE: Dizer verdadeiro. Foucault. Contexto político. Parrhesia.

ABSTRACT: The aim of the present text is to present an analysis on *Parrhesia* (or *true speech*) in the political context, based on the Foucaultian perspective. To do so, we took as analysis data the interview of the *deputy Fernando Gabeira*, given on 29th. April, 2009, in the occasion of the *flight tickets' scandal*, an event that took place in the brazilian political scenario. It was analyzed the constitutive traces of that utterance which point out, according to the concept of *Parrhesia* of Foucault (2008b), as a *true speech* or an *untrue* one. The analysis which was performed showed that rather than *Parhezia*, there is a rhetorical game in the analyzed speech, which is situated in the political context, since the true courageous speech, which implies running a risk, is not noticed in that utterance.

KEY-WORDS: True speech. Foucault. Political context. Parrhesia.

INTRODUÇÃO

Uma das questões fundantes no pensamento do filósofo *Michel Foucault* é a problemática da verdade, sobretudo, a verdade que está em determinado lugar do discurso, no ato de fala^[1]. Em seus últimos cursos proferidos no *Collège de France*, *Le Gouvernement de soi et des autres* (1982-1983) e *Le Courage de la vérité* (1984), Foucault trata do tema *Parrhesia* a partir de um olhar sobre as práticas do *dizer verdadeiro* na Grécia antiga, no Estoicismo, no movimento Cínico até chegar ao Cristianismo. Nessa trajetória analítica, o que ressalta aos olhos é a maneira como Foucault perscruta o íntimo das relações do o sujeito com a verdade e, sobretudo, a forma de olhar o sujeito que se constitui no mesmo instante de seu dizer. Desse modo, Foucault propõe um deslocamento entre uma Análise do Discurso (doravante AD) que estuda o discurso sobre o sujeito para uma AD que examine o sujeito no próprio ato de fala, ou seja, na

enunciação.

Nesse deslocamento, a análise volta-se para o processo de subjetivação do sujeito no discurso, sendo que o foco analítico está na relação entre o que o sujeito é e aquilo que o sujeito diz no ato de fala. Desse modo, o objeto de análise não é mais aquilo que é dado na ordem do discurso (o discurso sobre o sujeito ou sobre o que o sujeito diz), mas sim aquilo que se dá na relação do falante com sua fala, porque é no ato de fala que ele se torna sujeito. Isso implica um sujeito em construção e que tem um lugar de resistência em relação ao que está posto na ordem discursiva. Assim, nesse empreendimento foucaudiano, é preciso observar o ato de fala que vem do próprio sujeito constituído e verificar alguma coisa que é dele e não da ordem do discurso. Nessa acepção, a relação do sujeito com a verdade só pode se dar na enunciação.

A partir dessa perspectiva epistêmica de AD, neste texto, examino os traços constitutivos do *dizer verdadeiro*, melhor dizendo, da *Parrhesia* no contexto político. Para tanto, analiso uma entrevista concedida pelo deputado *Fernando Gabeira* ao jornalista *Augusto Nunes* em 29 de abril de 2009, que tematiza o *escândalo das passagens* - evento valorado socialmente.

Inicialmente, apresento o conceito de *Parrhesia* - *dizer verdadeiro* - em Foucault, na sequência, configuro a cena enunciativa em que se dá o depoimento do deputado *Fernando Gabeira*. Por fim, analiso os traços constitutivos desse dizer, percorrendo sobre as possibilidades deste discurso se inscrever como um discurso *parrhesiástico* (ou não).

A PARRHESIA EM FOUCAULT

Michel Foucault em seu curso intitulado *Le Courage de la vérité* (1984) debruça-se em investigar a *Parrhesia*. Para isso tece considerações acerca da compreensão desta palavra em um aspecto mais amplo (e até etimológico) para então esboçar a evolução do significado de *Parrhesia* na cultura grega.

Segundo Foucault (2003), a palavra *Parrhesia* aparece pela primeira vez na literatura grega em *Eurípedes* (484-407 a. C.) e, de forma geral, é utilizada para se referir ao *parresiasta*, que é alguém que diz o que tem em mente, não oculta nada, abre o coração a outras pessoas mediante o discurso. Trata-se então de relacionar a *Parrhesia* ao sujeito que diz ao que é dito (FOUCAULT, 2003). Quando há *Parrhesia*, evita-se qualquer tipo de discurso retórico, há um sujeito que diz o que pensa e para isso utiliza-se das formas mais diretas de dizer (1ª pessoa) (FOUCAULT, 2003).

Foucault (2003) apresenta dois tipos de *Parrhesia*. O primeiro, de acordo com o filósofo, é a *Parrhesia* no sentido pejorativo em que se diz qualquer coisa que passa pela cabeça. Esse tipo de *Parrhesia* é muito comum nas instituições democráticas em que qualquer cidadão tem o direito de dizer o que quiser,

muita vezes, visando a seu próprio interesse. Já o segundo tipo, que é desenvolvido por Foucault neste texto, constitui-se em um tipo de relação em que é “preciso falar a verdade” (FOUCAULT, 2003, p. 267).

Assim, a *o dizer parrhesiástico* é aquele em que o sujeito fala a verdade sem dissimulação, sem esconder nada. *O dizer a verdade*, nessa acepção, implica correr riscos, tem a ver com um discurso corajoso que assume as consequências desse dizer.

Segundo Foucault (2003, p. 272),

(...) a parrhesia é um tipo de atividade verbal em que o que fala tem uma relação específica com a verdade através da franqueza, uma relação com sua própria vida através do perigo, um certo tipo de relação consigo mesmo e com os outros através da crítica (autocrítica ou crítica de outras pessoas), e uma certa relação com a moral através da liberdade e do dever. Mais precisamente, a parrhesia é uma atividade verbal em que aquele que fala expressa sua relação pessoal com a verdade e arrisca sua vida porque reconhece que dizer a verdade é uma obrigação (...).

A partir dessa longa citação é possível observar que Foucault aponta alguns traços do discurso *parrhesiástico*, são eles:

- **Traço da franqueza:** dizer o que se pensa; dar a sua própria opinião e responsabiliza-se por esse dizer;
- **Traço da coragem:** dizer a verdade implica correr riscos;
- **Traço do dever:** é um dever dizer a verdade;

Falar a verdade, nessa perspectiva, nada tem a ver com persuasão, com discurso retórico, com o silêncio ou com o falar falsamente. Está, pois, relacionado ao falar francamente e assumir riscos diante do *outro* no ato da enunciação.

Ao discorrer sobre o estatuto da *Parrhesia*, Foucault afirma que a evolução deste conceito/desta prática está imbricada ao campo político. De acordo com Foucault (2003), a *Parrhesia* era uma prática essencial na democracia ateniense, conforme retrata a obra de *Eurípides*. Inicialmente, na Grécia, a *Parrhesia* estava ligada à posição do governante em relação aos governados. Nesta posição, o governante tem o direito de falar, ou seja, de tomar a palavra publicamente; direito de dar sua opinião (dizer o que pensa) e o direito de tomar decisões. Não obstante, à medida que a *Parrhesia* deixa de ser um direito que traz benefícios para a *polis* (cidade) e começa a implicar perigo, muitos abandonam o *dizer verdadeiro* e passam a utilizar-se de bajulação e de simples eloquência retórica para esquivar-se das implicações/riscos do *dizer verdadeiro*.

A ENUNCIÇÃO DO DEPUTADO FERNANDO GABEIRA: PARRHEZIA OU DISCURSO RETÓRICO?

Para se empreender uma análise do discurso *parrhesiástico* em Foucault, é

necessário observar indivíduos falando e, sobretudo, falando sobre si mesmos. Com intuito de pensar em que medida *o dizer verdadeiro* se mostra no discurso a ser analisado, Foucault (2003) propõe a *maneira aletúrgica* que se distancia da análise epistêmica *estrutural*, que se centra no conteúdo do dizer, nos motivos do dizer.

A *maneira aletúrgica* de analisar o dizer do sujeito diz respeito ao reconhecimento do sujeito de verdade naquilo que ele diz, ou seja, mais que o conteúdo do dizer, prioriza-se o sujeito do dizer em determinada enunciação. A maneira aletúrgica apresenta como categorias para se observar a enunciação o *ritual* e o *estatuto do outro*. O *ritual* está relacionado à localização do rito; recursos em que se dá a prática discursiva. Assim, existe um ritual na fala - enunciação olhada do lado do indivíduo que fala e não do discurso - “aqui e agora da enunciação”. O *estatuto do outro* se relaciona ao princípio de alteridade, uma vez que a “relação com o outro é constitutiva do sujeito”. No jogo da *Parrhesia*, é necessário a representação desse outro, em outros termos, o *estatuto do outro* que o escuta é essencial para o *dizer verdadeiro*. Esse *dizer verdadeiro* se dá porque existe um outro a quem se destina esse dizer, assim, esse outro a quem se destina esse dizer é constitutivo do próprio dizer. Mas não basta simplesmente o estatuto do outro para que aja a *Parrhesia*, é necessário, pois, estatuir um outro que coloque o sujeito que fala em risco. Desse modo, há uma qualificação desse outro. Precisa ser alguém qualificado e que gere um risco para quem fala. Segundo Foucault (2003, p. 270), “O parresiasta tem sempre menos poder que aquele a que fala” ou ainda: “é uma situação em que o sujeito que fala está em posição de inferioridade com relação a seu interlocutor”. Por exemplo, em contexto profissional, um superior (detentor de cargo de chefia) pode dirigir-se a seus colaboradores de forma franca, porém isso não configura a *Parrhesia*, uma vez que não há riscos neste ato. Já o contrário, se em determinada cena discursiva, o funcionário dirigir-se a seu chefe de forma franca e corajosa pode, nesta enunciação, se instaurar um ato *parrhesiástico*.

Em síntese, de acordo com Foucault (2003), para se analisar o discurso na perspectiva da *Parrhesia* é preciso inseri-lo na cena discursiva por meio do *rito* e do *estatuto do outro*. Ou seja, é preciso observar quem fala e a quem ele se dirige essa fala. Desse modo, neste texto, analiso a enunciação do deputado *Fernando Gaberia*, que se pronuncia de um lugar do discurso - o ser deputado - que pertence, no momento de sua enunciação, ao contexto político. Ele é o *ator* na cena enunciativa. O *outro* (platéia) constitui-se do interlocutor direto - o jornalista *Augusto Nunes*. O *palco* é todo o contexto político que descreverei a seguir.

Em 2009, foram desencadeadas, na mídia brasileira, diversas denúncias sobre o uso irregular de verbas destinadas à compra de passagens aéreas por parte de parlamentares. Tal acontecimento/evento foi nomeado como o

escândalo das passagens e alcançou maior repercussão com o envolvimento do deputado *Fernando Gabeira* (PV-RJ) no episódio. Isso porque o referido deputado é reconhecido e respeitado no contexto político por adotar uma postura ética e pelo seu histórico de militância.

Nesse contexto, *Fernando Gabeira* vai a público e confirma ter utilizado dessa verba para emissão de uma passagem, debitada em sua cota pessoal, para beneficiar seus familiares ^[2]. O deputado faz a declaração e posteriormente concede uma entrevista ao jornalista *Augusto Nunes*, falando sobre a sua iniciativa se pronunciar sobre a questão e assumir este ato.

A seguir, apresento a transcrição de parte do vídeo disponível no Youtube com a entrevista do deputado *Fernando Gabeira* ao jornalista *Augusto Nunes* em 29 de abril de 2009 ^[3].

Augusto Nunes - Deputado se não havia regras porque você ao informar que uma filha sua tinha usado uma passagem disse q cometeu um erro?

Fernando Gabeira - Porque é... eu não posso me basear na regras não é. Eu tenho que ter uma visão também da essência dessas regras. Eu não posso dizer assim que eu fiz porque era permitido. Porque senão você vai para um campo de concentração e diz: eu fiz porque era permitido. (risos). Você tem que ter uma noção do que você fez. E eu acho que minha posição é essa. Eu fiz ... não é. Era permitido fiz dentro da lei. Tanto que quando eu falei em ressarcir... não existe aqui uma posição de anistiar porque era lei e tal. Eu fiz... não é. As pessoas que consideram que um absurdo e tal têm que perceber também que era norma não é. Mas eu fiz e reconheci que fiz. E só reconheci que fiz pra ganhar condições de olhar no rosto dos outros e dizer vamos sair dessa.

Augusto Nunes - Isso prejudicou sua imagem Gabeira? Você acha Gabeira?

Fernando Gabeira - Imagem é uma coisa que às vezes prejudica depois volta.

Augusto Nunes - Perdeu votos com isso?

Fernando Gabeira - Não creio. Não creio que tenha perdido votos e se perdi eu vou ganhar na frente. Porque o processo não terminou, estamos no meio do caminho. Aliás, eu diria que nós estamos na primeira parte do caminho. O que aconteceu é o inicio de um processo.

A fala do deputado *Fernando Gabeira* na referida entrevista, aparentemente, pode se considerado como um *dizer parrhesiástico*, tendo em vista que se trata de um sujeito que vai a público colocar-se como culpado de uma determinada prática, evidenciando o traço da franqueza: “*Eu fiz.*”. Nesse

aspecto, cumpri-se um dos requisitos para a *Parrhesia*: tem-se um sujeito que fala sobre si mesmo e que, de certo modo, o seu dizer o conecta com a sua discursividade, com a substância ética - o *bios* e *logos*. Segundo Silva Filho (2008, p. 86), “deve-se entender essa verdade como o meio pelo qual a vida (*bios*) do sujeito coincide com seu dizer (*logos*) e também como um sinal manifesto disso”. Dessa forma, *Fernando Gabeira* - ser ético, militante, que se assume como alguém que errou corresponde a *bios* (vida) coincide com o seu *logos* (dizer). Esse dizer francamente “*Eu fiz*” parece coincidir com a vida de *Gabeira*. Ele vem a público se manifestar sobre si por um sentimento ético “*Mas eu fiz e reconheci que fiz. E só reconheci que fiz pra ganhar condições de olhar no rosto dos outros e dizer vamos sair dessa*”.

Contudo, para que aja um *dizer verdadeiro* não basta falar sobre si, declarar seu erro (traço da franqueza); ter conectividade com a substância ética (coincidência entre *bios* e *logos*). É imperativo que, ao se enunciar, o sujeito corra alguma espécie de risco; é necessário que esse dizer seja um ato corajoso e que, de certa forma, ele corra um risco em dizer o que diz - traço da coragem. O que observo é que ele não correu risco, mesmo porque se amparou na condição de atuar em conformidade com a lei: “*Era permitido fiz dentro da lei. Tanto que quando eu falei em ressarcir, não existe aqui uma posição de anistiar porque era lei e tal*”. Ao ser indagado pelo jornalista se houve perda - “*Isso prejudicou sua imagem Gabeira? Você acha Gabeira?*” - o que poderia ser compreendido como um risco, *Fernando Gabeira* declara: “*Imagem é uma coisa que às vezes prejudica depois volta*”. O próprio *Gabeira* se dá conta do jogo político em que se insere, o que pode ser perda em determinado momento, pode se reverter e não haverá perdas conforme afirma em: “*Não creio que tenha perdido votos e se perdi eu vou ganhar na frente*.”

Além do traço do risco que não é contemplado/preenchido por *Gabeira*, há também o *estatuto do outro*. Conforme Foucault (2003), o sujeito que fala precisa estar em posição inferior ao seu interlocutor. É possível considerar que além do jornalista (outro mais imediato), como dito antes, o telespectador (eleitor) também pode se configurar como um *outro* nesta enunciação. Nenhum deles (jornalista ou telespectador-eleitor) é “ameaça” à figura do parlamentar. O outro-jornalista mantém, na enunciação, até um tom de pacto com o entrevistado^[4]. O outro-telespectador (eleitor) também é compreendido como alguém que não ameaça a figura parlamentar. Ele não tem forças para imputar ao deputado alguma punição; tirar-lhe o mandato, por exemplo.

Com relação à enunciação de *Fernando Gabeira* é possível dizer que ele não é colocado em perigo pela figura do outro que o ouve. Ele só vai a público assumir o seu ato porque a estrutura política já o garante (mediante lei). Ele não será punido e sua revelação pouco efeito terá sobre o sistema. Tal revelação não ameaça o seu lugar de parlamentar.

Desse modo, arrisco-me a dizer que o contexto político é um lugar de dizeres retóricos, de bajulação e falsos dizeres. Nesse contexto, mesmo tratando-se de um dizer sobre fatos reais - “*eu fiz*” (e ele fez mesmo) - não há *Parrhesia* no sentido proposto por Foucault; não há um dizer verdadeiro, corajoso e que implique risco na enunciação. O que vejo é um jogo retórico que

busca manipular o outro na busca de manter um estado de coisas, ou seja, a manutenção do *status quo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva foucaudiana sobre a *Parrhesia*, neste texto, examinei os traços constitutivos do *dizer verdadeiro* no contexto político, partindo da análise de uma entrevista concedida pelo deputado *Fernando Gabeira* ao jornalista *Augusto Nunes* em 29 de abril de 2009 sobre a sua conduta no *escândalo das passagens*.

A partir da análise aqui apresentada, penso que o atual contexto político brasileiro impossibilita o *dizer verdadeiro* na acepção de Foucault. Mesmo falando de coisas reais, esse dizer não preenche os traços como franqueza e coragem e, muito menos, o sentimento de dever/obrigação de dizer a verdade. Parece-me que Foucault já havia respondido a questão inicial - é possível haver *Parrhesia* no contexto político? - ele diz que a crise democrática impede o *dizer verdadeiro*. Foucault aponta para um lugar em que se pode encontrar a *Parrhesia*: o *ethos*. É somente o indivíduo que tem a possibilidade de dizer a verdade sobre si mesmo.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M.. *A ordem do discurso*: aula inicial no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2008a.

_____. *Le Gouvernement de soi et des autres*. Cours au Collège de France. 1982-1983. Paris: Gallimard le Seuil, 2009a.

_____. *Le Courage de la vérité. Le Gouvernement de soi et des autres II*. Cours au Collège de France. 1984. Paris: Gallimard le Seuil, 2009b.

_____. *Coraje y verdad*. In. Abraham, Tomás. *El último Foucault*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, p. 265-406.

SILVA FILHO, Vidomar. Comentário da jornalista Salete Lemos no Jornal da Cultura em 31/5/2007: um ato discursivo parrhesiático? *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, n.9, v. 2, p. 83-97, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/index>>. Acesso em: 15/7/2009.

[1] No decorrer do texto, farei menção a ato de fala e à enunciação para me referir à concretude do discurso.

[2] Disponível em: <http://www.pvrj.org.br/verdepress.kmf?cod=8425867&indice=10>.

[3] Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8nvcgPrXMR4&feature=related>.

[4] Isso pôde ser observado na totalidade da entrevista, em que o jornalista mostrou-se cordial e até apresentou certa “reverência” ao entrevistado.